



Número: **0600212-18.2020.6.16.0195**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Roberto Ribas Tavarnaro**

Última distribuição : **15/03/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600212-18.2020.6.16.0195**

Assuntos: **Partido Político - Órgão de Direção Municipal, Prestação de Contas - De Exercício Financeiro, Prestação de Contas - de Partido Político**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Petição Cível nº 0600212-18.2020.6.16.0195 que impôs a extinção do feito sem julgamento do mérito, diante do trânsito em julgado da sentença anterior sobre a mesma matéria (artigo 485, inciso V, CPC, por analogia). Deu por regularizada a situação de inadimplência do partido PDT - Partido Democrático Trabalhista de Campina Grande do Sul/PR e determinou a suspensão das consequências previstas no caput e no § 2º do art. 48 da Resolução TSE 23.464/2015. (Petição Cível - Prestação de Contas Partidária Anual apresentada de forma extemporânea, pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT (Comissão Provisória Municipal de Campina Grande do Sul/PR, relativa ao exercício financeiro de 2016, sem movimentação de recursos, como dispõe o artigo 28, §3º da Resolução 23.464/2015. As contas do partido foram julgadas não prestadas nos autos de Prestação de Contas nº 60-24.2017.6.16.0195 (SADP). Embora a decisão já esteja transitada em julgado, havendo preclusão quanto à matéria, a Resolução prevê, em seu artigo 59, a possibilidade de regularização da situação de inadimplência para efeitos de suspensão das consequências previstas no caput e no § 2º do art. 48).RE9**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL - CAMPINA GRANDE DO SUL/ PR (RECORRENTE)		MIRIAM CIPRIANI GOMES (ADVOGADO) MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO (ADVOGADO) DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA (ADVOGADO) VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO (ADVOGADO) LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE (ADVOGADO) LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO (ADVOGADO)	
JUÍZO DA 195ª ZONA ELEITORAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL PR (RECORRIDO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33372 116	06/05/2021 07:41	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO N.º 58.647**

**RECURSO ELEITORAL 0600212-18.2020.6.16.0195 – Campina Grande do Sul – PARANÁ**

**Relator: ROBERTO RIBAS TAVARNARO**

**RECORRENTE: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT - COMISSAO**

**PROVISORIA MUNICIPAL - CAMPINA GRANDE DO SUL/ PR**

**ADVOGADO: MIRIAM CIPRIANI GOMES - OAB/PR0016759**

**ADVOGADO: MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO - OAB/PR0066281**

**ADVOGADO: DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA - OAB/PR0094217**

**ADVOGADO: VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO - OAB/PR0036343**

**ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - OAB/PR0035267**

**ADVOGADO: LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - OAB/PR0027936**

**RECORRIDO: JUÍZO DA 195ª ZONA ELEITORAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL PR**

**FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1**

**EMENTA - ELEIÇÕES 2016. REGULARIZAÇÃO DA OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS. SENTENÇA QUE ACOLHEU O PEDIDO, MAS EXTINGUIU O PROCESSO COM FUNDAMENTO NO ART. 485, V DO CPC. FALTA DE INTERESSE RECURSAL NA ALTERAÇÃO DO FUNDAMENTO LEGAL. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA DO PARTIDO. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**1. Em pedido de regularização de inadimplência de partido ou candidato, a sentença que verifica a eventual existência de recursos de fontes vedadas ou de origem não identificada, a ausência de comprovação ou irregularidade na aplicação de recursos oriundos do Fundo**



**Partidário e/ou do FEFC ou outras irregularidades de natureza grave resolve o mérito.**

**2. Embora verificado o equívoco da sentença ao pronunciar o julgamento sem resolução do mérito quando, em verdade, o mérito foi enfrentado, o acolhimento integral do pedido afasta, no caso, o interesse recursal.**

**3. Recurso não conhecido.**

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte não conheceu do Recurso, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 04/05/2021

RELATOR(A) ROBERTO RIBAS TAVARNARO

## RELATÓRIO

Trata-se de pedido de regularização de contas julgadas como não prestadas por meio da decisão exarada nos autos de Prestação de Contas nº 60-24.2017.6.16.0195, já transitada em julgado, formulado pelo Partido Democrático Trabalhista de Campina Grande do Sul (id. 28511966).

Em sentença de id. 28513416, o feito foi julgado extinto sem resolução do mérito, diante do trânsito em julgado da sentença anterior que julgou as contas não prestadas, bem como foi reconhecida a regularidade da situação de inadimplência do PDT e determinada a suspensão das consequências previstas no caput e no § 2º do art. 48 da Res.-TSE nº 23.464/2015.

Foram opostos Embargos de Declaração (id. 28513716), alegando-se contradição na sentença, sendo sustentado pelo embargante que o feito deveria ser extinto com resolução do mérito, tendo em vista que o juízo *a quo* acolheu o pedido de regularização de contas.

Na sequência, os Embargos foram rejeitados, mantendo-se a sentença proferida, sob o fundamento de que as contas do partido foram julgadas não prestadas nos autos de Prestação de Contas nº 60-24.2017.6.16.0195, já havendo o trânsito em julgado da referida decisão e a preclusão da matéria (id. 28513766).

Em face dessa decisão, foi interposto Recurso Eleitoral aduzindo que: i) há coisa julgada material quando a lide é resolvida com análise do mérito; ii) no caso dos autos foi reconhecido a regularização das contas, de modo que a decisão deveria extinguir o feito com resolução do mérito; iii) não procede o argumento do juízo de que a sentença do feito anterior



(que primeiramente declarou as contas não prestadas) já teria resolvido o mérito e que esta sentença, no presente feito, não poderia novamente analisar o mérito; iv) se tratam de demandas diversas, a presente desconstituindo a anterior, em razão de fato superveniente que, ponderado em seu mérito, substitui a sentença que havia declarado as contas como não prestadas. Ao final, requer o provimento do Recurso para reconhecer a extinção do feito, com julgamento do mérito.

A PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL manifestou-se pelo conhecimento e provimento do Recurso (id. 29454716).

É o relatório.

### VOTO

O Recurso não merece conhecimento, tendo em vista a falta de interesse recursal.

Com efeito, o recorrente pretende, unicamente, o reconhecimento de que, no julgamento do seu pedido de regularização da inadimplência com relação à Prestação de Contas, houve resolução do mérito.

No caso em apreço, há duas situações diferentes: uma em relação à Prestação de Contas julgadas como não prestadas nos autos sob nº 60-24.2017.6.16.0195 e outra em relação à regularização da situação de inadimplência do partido.

Assim, não há novo pedido de aprovação de contas, mas sim de regularização. Em outros termos, a análise da regularização não anula a sentença que já julgou as contas como não prestadas, bem como não representa novo julgamento para aprová-las, de modo que o pronunciamento proferido pelo juízo de origem enfrentou o mérito, a fim de verificar eventual existência de recursos de fontes vedadas ou de origem não identificada, a ausência de comprovação ou irregularidade na aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário e/ou do FEFC ou outras irregularidades de natureza grave.

Todavia, a despeito do equívoco da sentença quanto à natureza do provimento, não se encontra interesse na pretensão recursão deduzida pelo recorrente.

Isso porque, diante do deferimento do pedido de regularização da inadimplência, não há para a parte recorrente qualquer vantagem ou até mesmo um resultado prático que viabilize a interposição do recurso manejado, dado que o recorrente já obteve o resultado que buscava.

Nesse sentido ensina Daniel Assumpção que *"[...] não havendo qualquer possibilidade de uma situação mais vantajosa sob o aspecto prático, não haverá interesse recursal. [...] é por essa razão que, em regra, não se admite recurso somente com o objetivo de*



*modificar a fundamentação da decisão, porque nesse caso a situação prática do recorrente se mantém inalterada”(Manual de Direito Processual Civil, 12ª ed., Juspodivm, p. 1617).*

Destarte, o recorrente viu atendida sua pretensão mediante acolhimento do pedido formulado, motivo pelo qual o recurso não merece conhecimento.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, voto pelo não conhecimento do recurso eleitoral interposto, diante da falta de interesse recursal.

**ROBERTO RIBAS TAVARNARO - RELATOR**

### **EXTRATO DA ATA**

RECURSO ELEITORAL Nº 0600212-18.2020.6.16.0195 - Campina Grande do Sul - PARANÁ - RELATOR: DR. ROBERTO RIBAS TAVARNARO - RECORRENTE: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL - CAMPINA GRANDE DO SUL/ PR - Advogados do(a) RECORRENTE: MIRIAM CIPRIANI GOMES - PR0016759, MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO - PR0066281, DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA - PR0094217, VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO - PR0036343, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE - PR0035267, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO - PR0027936 - RECORRIDO: JUÍZO DA 195ª ZONA ELEITORAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL PR

### **DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte não conheceu do Recurso, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavarnaro. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE 04.05.2021.

